

A HISTÓRIA RELIGIOSA DO POVO DE ISRAEL NO TEMPO DOS JUÍZES: UMA ANÁLISE EXEGÉTICO-TEOLÓGICA DE JZ 2,11-19

*THE RELIGIOUS HISTORY OF THE PEOPLE OF ISRAEL IN THE TIME OF
JUDGES: AN EXEGETIC-THEOLOGICAL ANALYSIS OF JZ 2,11-19*

Anderson Costa Pereira¹

Resumo: Estudo histórico-exegético-teológico sobre a história religiosa do povo de Israel no tempo dos Juízes. Este artigo tem como objetivo fundamental compreender os principais aspectos da Religião de Israel no período dos Juízes a partir da chave de leitura proposta pelo segundo prólogo do livro de Juízes 2,11-19. Nesta pesquisa, adotou-se o procedimento bibliográfico de revisão de literatura, a partir do pensamento do teólogo alemão Hans Walter Wolff (1911-1993), em seu célebre artigo *O querigma, da Obra Histórico-Deuteronomista*. Em primeiro lugar, apresentam-se aspectos gerais sobre o período e o livro de Juízes. A seguir, interpreta-se em chave religiosa a perícopa de Juízes 2,11-19. Por último, elaboram-se algumas conclusões sobre a temática.

Palavras-chave: Juízes. YHWH. Religião. Querigma.

Abstract: Historical-exegetic-theological study on the religious history of the people of Israel in the time of the Judges. This article has as fundamental objective to understand the main aspects of the Religion of Israel in the period of the Judges from the key of reading proposed by the second prologue of the book of Judges 2,11-19. In this research the literature review procedure was adopted, based on the thought of the German theologian Hans Walter Wolff (1911-1993), in his famous article *The Kerygma of Historical-Deuteronomistic Work*. In the first place, general aspects about the period and the book of Judges are presented. Subsequently, is interpreted as a religious key in the pericope of Judges 2,11-19. Last of all, are produced some conclusions about the theme.

Keywords: Judges. YHWH. Religion. Kerygma.

Introdução

A história de Israel narrada no Antigo Testamento pode ser dividida em sucessivas etapas, que vão desde a formação do povo até o período helenista, com a conquista da Palestina por Alexandre Magno (o Grande), ocasionando a revolta dos Macabeus. Posterior à etapa da formação do povo de Israel, houve sua organização em tribos, denominada de sistema tribal. Em cada tribo havia um juiz que tinha a missão de manter

¹ Especialista em Sagradas Escrituras pela Faculdade Claretiana e em Ciências da Religião pela Faculdade Unyleya. E-mail: pereira-anderson1@hotmail.com.

a ordem das tribos e defendê-las em tempos de guerra. Esta etapa ficou conhecida como “período dos juízes de Israel” e está registrada na Bíblia no “livro dos Juízes”².

Partindo desta explanação, este artigo levanta o seguinte problema: quais são as principais características da Religião de Israel no período dos Juízes e como interpretar (em chave religiosa) a história do povo de Israel a partir do livro de Juízes, especificamente a perícopes de Juízes 2,11-19?

Com base no questionamento exposto, este artigo visa compreender a história religiosa do povo de Israel no período dos Juízes, buscando apresentar aspectos gerais sobre este período, bem como algumas informações sobre o livro de Juízes, e expondo o pensamento do exegeta alemão Hans Walter Wolff (1917-1993) acerca do “Querigma de Israel”, a partir da chave de leitura proposta pelo texto de Juízes 2,11-19.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que o livro dos Juízes permite uma melhor compreensão sobre os primeiros séculos de Israel na Terra Prometida; bem como interpretar, em chave teológica, a situação das doze tribos de Israel no período que se sucede após a morte de Josué (sucessor de Moisés) e conhecer as causas do fracasso religioso de Israel neste período e seus frequentes desvios dos mandamentos da religião.

Primeiramente, abordaremos as questões relacionadas a informações gerais sobre o livro de Juízes, tais como, título do livro, autor, destinatários, data e local de redação, estrutura e organização do livro e gênero literário. Para tanto, serão utilizados os seguintes autores: Lamadrid (2004); Zenger (2003); McKenzie (2005); Storniolo (2005); além da Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB); Bíblia de Jerusalém e os comentários da Bíblia do Peregrino.

Em seguida, os autores Brown (2007) e Vaux (2002) serão centrais para apresentarmos o contexto cultural e religioso da época dos Juízes e suas principais características. Autores como Comblin (1989); Storniolo (2005); Winters (1994) e Pinto (2006) também serão consultados para maior aprofundamento do assunto.

Finalmente, abordaremos as questões relacionadas ao pensamento de Wolff (1984), sendo demonstrada a chave teológica da obra, a partir da análise do texto de Juízes 2,11-19, com a tese do chamado “Querigma de Israel” desenvolvida pelo autor. Bergant e Karris (1999) serão centrais acerca deste debate.

Este artigo será produzido a partir da pesquisa bibliográfica, que visa oferecer diretrizes para a produção de trabalhos acadêmicos, com abordagem teórica qualitativa,

² cf. BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003. p. 71-219. (Este livro apresenta a história de Israel a partir de suas sucessivas etapas).

tendo como principal objetivo a descrição, a compreensão e a interpretação do objeto de estudo. Deste modo, serão consultadas as seguintes fontes existentes sobre o tema proposto: livros e artigos de periódicos científicos encontrados impressos ou em sites da internet que sejam confiáveis.

1. Uma visão geral do livro de Juízes

Em primeiro lugar, para melhor compreensão da temática abordada neste estudo, apresenta-se esta seção com algumas informações básicas e gerais sobre o livro de Juízes. Destarte, a seguir, dedica-se subdivisões para abordar título do livro, autoria, data e local da redação, formação, estrutura e organização do livro e gênero literário da obra.

1.1 Título do livro

O livro de Juízes (em hebraico *sefer shofetim*, em latim *iudices*, em grego κριται), sétimo livro da Bíblia Hebraica e do Antigo Testamento da Bíblia Cristã, originalmente escrito em hebraico, recebe esse nome a partir de seus protagonistas principais, chamado de “juízes” por causa da *função* exercida pelos personagens suscitados por YHWH³ para assistir ao seu povo, aquela de “julgar”, no período que sucedeu à morte de Josué até o período no qual viveram Samuel e Saul. Com este último começa a se estabelecer a monarquia em Israel⁴.

É importante notar que o termo *shofetim*, normalmente traduzido como juízes⁵, e o correspondente verbo *shafat*⁶ (julgar) não correspondem exatamente à noção moderna jurídica. Estes termos unem ao significado basilar de “fazer justiça”, aquele de “libertar um inocente oprimido”, ou então “reestabelecer uma situação comprometida”. De fato, muitos dos juízes da história bíblica tiveram fundamentalmente a missão de libertar Israel da opressão de outros povos. Fernandes assim nos informa:

³ Ao longo do artigo usaremos o tetragrama YHWH para se referir ao Deus dos Israelitas.

⁴ FERNANDES, Leonardo Agostini. *Livro dos juízes*. Disponível em: <<http://www.webradiodeusestanoar.com.br/home/?p=563>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

⁵ cf. Jz 2,16-19. Segundo Schökel, o verbo “julgar” encontrado no texto hebraico tem o sentido de “fazer justiça”, “defender a causa”. cf. SCHÖKEL, Luís Alonso. *Dicionário Bíblico hebraico-português*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 688.

⁶ Que esta fosse a função se afirma na introdução, onde aparece também o título de “juiz” (Jz 2,16.18.19); este título não aparece em nenhum outro lugar do livro ainda que se utilize o verbo “julgar” (Jz 3,10; 10,2.3). cf. O sentido do verbo “julgar” apresentado por Schökel conforme a nota anterior.

Os juízes eram chefes temporários, mas podiam continuar sendo venerados mesmo depois de efetuarem sua missão. Isto lhes garantia certa autoridade, que, normalmente, era limitada a algumas tribos (com exceção de Eli e Samuel, que teriam tido, talvez, uma forte influência sobre todas as tribos)⁷.

A narração, portanto, cobre um período histórico que vai mais ou menos do ano 1225 a 1030 a.C., ano da unção de Saul como rei de Israel, evento este narrado no primeiro livro de Samuel. A expressão típica “no tempo dos juízes” permanecerá na memória da tradição bíblica⁸, testemunhando a importância deste período glorioso.

Cabe recordar que na Bíblia hebraica o livro de Juízes, juntamente com Josué, Samuel e Reis, recebe o nome de “Profetas Anteriores”, grupo de quatro livros que contrabalança com o bloco dos quatro livros denominados “Profetas Posteriores” (Isaias, Jeremias, Ezequiel e os Doze profetas menores). A tradição cristã os denominou como “livros históricos”, coleção na qual foram incluídos também Rute (entre Juízes e Samuel) e diversos outros livros⁹.

1.2 Autoria

O livro em si não revela especificamente o nome do seu autor. Conforme Fernandes¹⁰, “o Livro dos Juízes é de autor anônimo, embora a tradição talmúdica atribua sua autoria a Samuel” e terminado após sua morte, por Gad e Natã. O Comentário Bíblico Moody também afirma que “como outros livros históricos do Velho Testamento, o livro de Juízes é anônimo¹¹”.

Todavia, a redação do livro na sua forma final é atribuída pela maioria dos exegetas à *redação deuteronomista*, terminologia difundida pela exegese moderna após os estudos de Martin Noth na primeira década dos anos 40. O autor que teria escrito esta história (Josué, Juízes, Samuel e Reis) é chamado de o *Deuteronomista*¹² (*Dtr*).

⁷ FERNANDES. op. cit.

⁸ cf. 2Sm 7,11; 2Rs 23,22; Rt 1,1 In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

⁹ Ao todo, na Bíblia católica são 16 livros históricos, na Bíblia protestante apenas 12.

¹⁰ FERNANDES. op.cit.

¹¹ PFEIFFER,, Charles F. *Comentário Bíblico Moody*. vol. 1. São Paulo: Ed. Batista Regular, 2017, p. 564.

¹² Segundo Noth, a *Dtr* é obra de uma única edição e um único autor, embora ele admita acréscimos posteriores. Entretanto, há exegetas que preferem falar em mais de uma edição e em *autores deuteronomistas*, ao invés de um único autor. cf. LAMADRID, A. González. *História deuteronomista*. In: ____; [el al.]. *História, Narrativa, Apocalíptica*. São Paulo: Editora Ave Maria, 2004. Introdução ao estudo da Bíblia; 3b. p. 28-32.

Sobre a base do exame literário e teológico dos textos, Noth foi o primeiro a formular a hipótese segundo a qual, por volta da metade do VI séc. a.C., um autor, o *Deuteronomista*, utilizando antigas tradições, tinha elaborado organicamente a primeira história do povo hebreu, que compreenderia desde a estadia junto ao Sinai até à história dos reinos e a destruição deles, seguindo um projeto unitário. Como preâmbulo desta história, o *Deuteronomista* teria introduzido o próprio livro do Deuteronomio.

Para Noth, o Deuteronomio atual, excetuando algum trecho mais tardio, somente numa fase mais recente se tornou o quinto livro do Pentateuco. Antes, esse livro fora como uma grande introdução a toda a obra que vai do livro de Josué até 2Rs [...] Impõe-se, para Noth, a hipótese de que, quando se formou o Pentateuco atual, o relato da conquista, presente nas fontes antigas, foi tirado e substituído pelo que está hoje no livro de Josué. Por isso, Noth supõe, em seus estudos, a existência de um Tetrateuco e não de um Pentateuco ou de Hexateuco¹³.

Deste modo, segundo a teoria de Martin Noth, não existiria um *Pentateuco*, mas um *Tetrateuco*, formado pelos quatro primeiros livros da Bíblia, sendo que o quinto livro da Bíblia (Deuteronomio) seria uma grande introdução aos quatro livros seguintes (Josué, Juízes, Samuel e Reis)¹⁴.

1.3 Data e local de redação

De acordo com Lamadrid, não se pode determinar com certeza uma data específica de composição do livro, nem o local de redação. Alguns acontecimentos relatados no texto permitem tirar algumas conclusões a respeito. A exegese moderna reconhece a grande antiguidade do cântico de Débora¹⁵ (cap.5). A frequente expressão “*naquele tempo não havia rei em Israel*” (17,6; 18,1; 19,1; 21,25), uma espécie de anacronismo no texto, faz supor uma data de redação após o estabelecimento da monarquia em Israel.

O capítulo 18 traz duas informações importantes. No versículo 30 menciona a população da terra levada para o exílio, interpretada como uma referência à invasão de Teglát-Falasar da Assíria¹⁶, ou a deportação das tribos após a queda de Samaria. Por sua

¹³ SKA, Jean Louis. *Introdução à leitura do Pentateuco*. São Paulo: Paulus, 2012, p. 135.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Este poema é um dos mais antigos textos da Bíblia e sua composição deve estar muito próxima dos acontecimentos relatados. cf. BÍBLIA Tradução Ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1994, p. 368, nota c.

¹⁶ cf. 2Rs 15,29 In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002, p. 528.

vez, no versículo 31, o Tabernáculo já não estava mais em Silo. Entretanto, estes dois versículos estão em desacordo, pois as circunstâncias históricas dos reinados de Davi, Salomão e Jeroboão, não favorecem a ideia de que a imagem da casa de Micas continuasse a ser adorada até o tempo de Teglat-Falasar¹⁷.

Portanto, alguns exegetas interpretam estes versículos como adições posteriores ao texto e tais fatos não permitem determinar com precisão uma data de composição do livro¹⁸.

1.4 Formação do livro

Segundo Fernandes¹⁹, “o livro dos Juízes faz uso de várias ‘fontes’, que podem ser percebidas em certas incoerências ou pontos de vista diferentes”. Assevera, ainda, que o livro passou por um processo paulatino de formação da obra. Mckenzie afirma que “a base do livro deve ser composta por tradições orais, locais e tribais, plenas de lendas heroicas²⁰”.

Lamadrid²¹, sem querer ser determinante no assunto e consciente da dificuldade do problema, assinala três momentos principais na formação do livro, a saber:

Primeiro, durante um tempo indeterminado, de difícil datação, ao longo do período pré-monárquico e monárquico, foram se formando tradições populares de caráter épico sobre heróis locais, que tinham se tornado célebres por terem “libertado” seu clã ou sua tribo, ou várias tribos, dos ataques dos cananeus, filisteus, amorreus, amalecitas, moabitas ou amonitas²².

Nesse primeiro momento, estas tradições populares, as quais Lamadrid refere-se, foram transmitidas oralmente e em “versões isoladas e múltiplas” e transformadas, com o passar do tempo, em patrimônio comum de todo o Israel, até irem se unificando e armazenadas por escrito em uma hipotética coleção denominada por W. Richter de o “livro de salvadores²³” (Aod, Barac, Débora e Gedeão e o episódio de Abimelec). Porém, não há unanimidade em torno da teoria de Richter²⁴

¹⁷ SCHÖKEL, Luís Alonso. *Bíblia do Peregrino*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2011, p. 464.

¹⁸ LAMADRID. op.cit., p. 83.

¹⁹ FERNANDES. op.cit.

²⁰ MCKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Paulus, 1983, p. 519.

²¹ LAMADRID. op.cit., p. 81.

²² Ibidem.

²³ ZENGER. op. cit., p. 181.

²⁴ VAN SETERS, J. *Em busca da história – Historiografia no mundo antigo e as origens da história bíblica*. São Paulo: EdUSP, 2008, p. 345-353.

Sobre a secundária fase de formação do livro, Lamadrid informa-nos:

O segundo momento coincide com a oportunidade da redação deuteronomista, realizada por um ou vários editores, em uma ou várias vezes, conforme as diferentes teorias. São os que integram em uma só obra os juízes maiores e os menores, visto que os enquadram dentro de um mesmo marco cronológico e teológico, que dá sentido e alcance nacional a todo o conjunto²⁵.

Nesta etapa, aparecem outras figuras de juízes. Otoniel (Jz 3,7-11), juiz oriundo do Sul que encabeça o ciclo dos juízes maiores e, sem dúvida, serve de modelo teológico para os demais. Também aparece a figura de Samgar (Jz 3,31) e o ciclo de Sansão (Jz 13–16). De acordo com Lamadrid, os autores deuteronomistas da segunda etapa são os redatores da introdução histórico-doutrinal de Jz 2,6–3,6.

Por fim, sobre a terceira e última etapa de composição do livro de Juízes, Lamadrid nos dá a seguinte informação:

No terceiro e último momento, durante o exílio ou o pós-exílio, acrescentam-se tradições que haviam sido ignoradas ou descartadas pelos deuteronomistas. No princípio do livro acrescentam-se tradições relativas ao assentamento das tribos em Canaã (Jz 1,1–2,5); no final, tradições sobre as tribos de Dã (Jz 17–18) e de Benjamin (Jz 19–21). Parece evidente que a edição deuteronomista de Juízes começava em Jz 2,6ss, pelo que Jz 1,1–2,5 seria uma adição posterior. Isto não significa que os dados que esta sequência oferece sejam tardios. Porém costuma-se pensar exatamente o contrário²⁶.

Nesta etapa tardia de composição do livro, a crítica moderna viu em Jz 1,2–2,5 uma versão da conquista próxima dos fatos e favorável a tribo de Judá. Por sua vez, as opiniões acerca de Jz 17–21 são bastante controversas. Acredita-se que estes capítulos não faziam parte da redação original do autor deuteronomista. Ainda de acordo com Lamadrid, “a escola de Göttingen, por exemplo, atribui Jz 17–21 à DtrH, edição que Dietrich e seus discípulos consideram pró-monárquica em face da DthP, que seria contrária à monarquia²⁷”. O autor concorda mais com a ideia de que estes capítulos finais são um conjunto pró-monárquico, devido à insistência em apresentar o tempo dos juízes como um período abominável e caótico (Jz 17,6; 18,1; 19,1; 21,25).

²⁵ LAMADRID. op.cit., p. 82.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibid., p. 83.

Storniolo²⁸ vai de encontro ao pensamento de Lamadrid, ao definir o processo de formação do livro também em três sucessivas etapas, a saber: a *etapa pré-exílica*, com esporádicas tradições orais a respeito de algumas tribos; a *etapa exílica*, na qual aparece o autor deuteronomista (conforme teoria de M. Noth), responsável pela redação da maior parte do livro (2,6–16,31); e, por fim, a *etapa pós-exílica sacerdotal*, responsável pela introdução do livro (1,1–2,5) e os dois apêndices (17–21), elaboradas em vista da organização cultural e civil da comunidade judaica.

Zenger²⁹, sobre a composição do livro, também acredita que “foi um processo de formação em vários estágios que conduziu à atual forma do livro de Juízes”. O autor ainda ressalta em seu livro seis hipóteses para o surgimento do livro dos juízes na concepção de seis diferentes estudiosos, a saber: M. Noth; W. Richter; R. Smend e T. Veijola; R. Bartelmus; U. Becker e M. Görg³⁰. Portanto, não se delinea um consenso geral quanto ao surgimento do livro dos Juízes.

1.5 Estrutura e organização do livro

Quanto ao modo que o autor sagrado organizou o livro de Juízes, Lamadrid afirma que todo o livro foi estruturado sobre as histórias dos doze juízes, relatados na maior parte do escrito sagrado. Eles constituem o corpo central da obra (3,7–16,31). Esta seção central é precedida por duas introduções (1,1–3,6) e termina com dois apêndices (17–21)³¹. Zenger³² também apresenta a subdivisão do livro em três partes (introdução+seção central+apêndice).

Deste modo, o livro pode ser dividido da seguinte forma:

1. Primeira introdução (1,1–2,5: narrativa sumária da instalação em Canaã);
2. Segunda introdução (2,6–3,6: considerações gerais sobre o período dos juízes);
3. Corpo do livro: história dos doze juízes (3,7–16,31);
4. Dois apêndices:
 - A idolatria de Dã (17–18),
 - A luxúria dos benjamitas (19–21).

²⁸ STORNILO, Ivo. *Como ler o livro dos Juízes*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 09.

²⁹ ZENGER, Erich et al. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 180.

³⁰ *Ibid.*, p. 181-182.

³¹ LAMADRID. *op.cit.*, p. 78.

³² ZENGER. *op.cit.*, p. 178.

O Dicionário Bíblico Mckenzie³³, por sua vez, organiza o conteúdo do livro conforme descrito abaixo:

- ❖ 1,1-36: introdução: algumas tradições esparsas de conquistas tribais;
- ❖ 2,1-5: fragmento de um discurso;
- ❖ 2,6-3,6: segunda introdução: resumo da teologia do livro;
- ❖ 3,7-16,31: os Juízes: 3,7-11, Otoniel; 3,11-30, Aod; 3,31, Samgar; 4 (prosa) e 5 (poema), Débora e Barac; 6-8, Gedeão; 9, Abimelec; 10,1-2, Tola; 10,3-4, Jair; 10,6-11,7, Jefté; 12,8-10, Abesã; 12,11-12, Elon; 12,13-15, Abdon; 13,1-16,31, Sansão;
- ❖ 17-21: apêndices: 1) 17-18, Micas e o santuário de Dã; 2) 19-21, a guerra santa contra Benjamin.

De acordo com Mckenzie³⁴, a primeira introdução não diz respeito aos juízes. A segunda introdução demonstra um estilo e uma mentalidade propriamente deuteronomista, que vai se repetir seis vezes nos capítulos 3 a 16. Os dois apêndices não são histórias de juízes. Assim, é visível em todo o livro sinais de compilação de diversas fontes utilizadas pelo autor sagrado.

1.6 Gênero literário

O livro de Juízes deve ser considerado uma obra histórica, porém não no sentido moderno do termo. Ele pertence a um “gênero histórico”, no qual as memórias que ele reporta provêm de uma tradição popular que gosta da anedota, do pitoresco, dos gestos heroicos e é assinalada por preocupações teológicas, haja vista o autor ser consciente da força paradigmática dos acontecimentos salvíficos. O livro se apresenta, ainda, de forma fragmentária, como evidencia o fato de que a série dos juízes não é cronologicamente ordenada e o compilador não parece muito interessado na exatidão matemática dos dados cronológicos.

É, portanto, difícil encontrar uma confirmação externa do que é apresentado no livro. O gênero literário das próprias narrativas não é de

³³ McKENZIE. op.cit., p. 519.

³⁴ Ibidem.

grande ajuda. A história de Sansão, por exemplo, assemelha-se muito às lendas heroicas comuns a outras culturas. Quanto à historicidade das narrativas, pode-se, portanto, dizer muito pouco³⁵.

No conjunto da obra se encontram numerosos subgêneros literários que obrigam a examinar com cuidado o grau de historicidade exigido pelas diversas formas literárias. Neles, de fato, acha-se um canto épico (5,2-31), uma fábula (9,8-15), um enigma (14,14), um oráculo profético (6,8-10), uma oração (5,31; 16,28; 21,3), um diálogo (11,6-28), uma síntese histórico-geográfica (1,17-36), uma descrição popular de um herói famoso (13-16), contos épicos (6-8) e outras formas. Não obstante, o livro não transgride o projeto de fidelidade histórica, que se manifesta no realismo dos particulares, o claro-escuro dos heróis celebrados, o uso de documentos provenientes de fontes diversas (4-5) e as referências constantes aos dados conhecidos (12,10; 12,15)³⁶.

A essa mistura de gêneros dentro de um mesmo texto, Koch et. al. denominam de intertextualidade intergenérica³⁷.

2. A época dos Juízes

Após uma apresentação geral, a propósito de algumas informações básicas sobre o livro de Juízes, apresenta-se agora o contexto sociocultural e religioso no qual habitavam os juízes de Israel, com as principais características do período, marcado, sobretudo, por uma acentuada instabilidade espiritual. Expõe-se, também, uma breve descrição sobre a fisionomia dos juízes, bem como a clássica divisão em dois grupos, a saber: juízes menores e maiores.

2.1 Fisionomia dos juízes de Israel

Como afirma John Bright, “pouco podemos acrescentar ao que a Bíblia nos diz dos vários líderes chamados juízes, que surgiram durante este período para salvar Israel de seus inimigos³⁸”. Os juízes são os personagens principais do livro, ao menos na seção central (2,6-16,31). Sobre as características principais desses personagens, pelo menos

³⁵ SKA, Jean Louis. *A Palavra de Deus nas narrativas dos homens*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 91.

³⁶ cf. RYKEN, Leland. *Formas literárias da Bíblia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

³⁷ KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 63-64.

³⁸ BRIGHT, op. cit., p. 222.

no que diz respeito àqueles denominados “juízes maiores”, dos quais possuímos mais dados à disposição, se pode sintetizar da seguinte forma, de acordo com Fernandes³⁹:

- ✓ Os juízes foram personagens escolhidos por YHWH (3,9.15; 4,6; 6,11-24);
- ✓ Dotados de um carisma particular, indicado com a expressão “espírito de YHWH” (6,34; 11,29; 14,6.19; 15,14);
- ✓ Tinham a missão de libertar o povo da opressão inimiga;
- ✓ Sua autoridade na tribo era absoluta;
- ✓ A missão dos juízes era pessoal e temporal. Uma vez superado o perigo, voltavam à vida anterior e as tribos se governavam cada uma por sua conta.

Os juízes realizavam a justiça no sentido que combatiam as batalhas de YHWH para reivindicar os direitos de seu povo. Em tempo de paz, parece que alguns exerceram a justiça ordinária, estabelecendo o direito e governando com autoridade (10,2-3; 12,7.11). Um caso especial é aquele de Débora que já exercitava a função de juíza antes de ser investida para a missão de libertar Israel (4,5).

Bright destaca uma coisa em comum entre todos: “eram homens que, apresentando-se em épocas de perigo, somente pela virtude de suas qualidades pessoais (carisma), que provavam a seu povo que possuíam o espírito de Iahweh, reuniam as tribos contra o inimigo⁴⁰”.

Assim, os juízes não foram propriamente nem chefes de nação ou de tribos, nem legisladores; chamados por inspiração divina, eles exercitaram um ministério limitado no tempo com a tarefa específica de libertar o povo de Israel de seus opressores. Uma vez realizada esta tarefa, cessava ordinariamente a sua missão. Somente Samuel, o último juiz, do qual fala o primeiro livro de Samuel nos capítulos iniciais, teve uma missão judicial mais ampla e mais duradoura, que parece abarcar também o inteiro Israel; ele, porém, diferentemente dos outros juízes, não foi um condutor de exércitos⁴¹.

Cabe ressaltar que “são os ‘libertadores’ ou ‘salvadores’, como gostava de os chamar Lutero; ou ‘guias e chefes carismáticos’, como preferia chamá-los Max Weber⁴²”.

³⁹ FERNANDES, op. cit.

⁴⁰ BRIGHT, op. cit., p. 222.

⁴¹ LAMADRID, op. cit., p. 85.

⁴² Ibidem.

2.2 Juízes maiores e menores

Comumente, os doze juízes⁴³ narrados no livro em estudo são divididos em dois grupos distintos, a saber: *juízes maiores*, cuja história é narrada com mais detalhes no livro: Otoniel (da tribo de Judá), Aod (Benjamin), Débora⁴⁴ (Efraim), Gedeão (Manassés), Jefté (Gad) e Sansão (Dã). Os *juízes menores* são aqueles que temos menos informações na Bíblia ou são apenas brevemente mencionados: Samgar (Simeão), Tola (Issacar), Jair (Galaad), Abesã (Aser), Elon (Zabulon) e Abdon (Efraim).

A este respeito, anota a Bíblia de Jerusalém⁴⁵:

Tal distinção não é feita no texto, mas corresponde mais ou menos a dois tipos diferentes de personagens que apresenta. Os primeiros são chamados por Deus para livrar o povo da opressão. São chefes carismáticos e salvadores. Os outros cumprem, certamente, uma tarefa, mas não é fácil precisar as suas atribuições.

Entretanto, de acordo com Storniolo⁴⁶, não é muito feliz esta designação “juízes maiores” e “juízes menores”. Para ele, melhor seria “chamar os juízes maiores de *líderes militares ocasionais*, e os juízes menores simplesmente de *juízes*, ou então de *administradores permanentes da justiça* dentro de um determinado grupo” (grifo do autor).

Juízes maiores: entre os juízes maiores, a história de Otoniel (3,7-11) e de Aod (3,12-30) é muito sintetizada. O primeiro, da tribo de Caleb, liberou Israel de Cusã-Rasataim, Rei de Aram, que oprimiu Israel por oito anos; o segundo venceu Eglon, rei de Moab, que tinha deixado Israel em escravidão por dezoito anos. Um notável desenvolvimento tem, ao invés, a história dos outros três juízes maiores⁴⁷.

A história de Barac (4–5), com o cântico de Débora, de grande interesse histórico-religioso, se estende em muitos particulares. Débora, cujo nome significa “abelha”, é apresentada como juíza e profetisa da tribo de Efraim antes mesmo da guerra contra os cananeus. Movida pelo espírito de YHWH, ela encoraja Barac de Neftali a começar a guerra contra os cananeus conduzidos por Sísara, chefe do exército de Jabin, rei de Canaã, sobre o qual se sobrepôs perto da torrente Quison, na planície de Megido. A crítica

⁴³ Alguns contam 13 juízes, pois separam Débora e Barac. Porém consideramos a atuação de Débora e Barac como conjuntas, conforme Jz 4,8.

⁴⁴ Ao lado de Débora estava Barac (Neftali), o grande general dos exércitos de Israel (cf. Jz 4,8).

⁴⁵ BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002, p. 352, nota a.

⁴⁶ STORNILO. op. cit., p. 35.

⁴⁷ BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 222.

literária reservou ao cântico de Débora uma particular atenção, considerando esta antiga composição lírica entre as mais elevadas da literatura bíblica⁴⁸.

O ciclo de Gedeão (6–8) se abre com uma introdução histórico-religiosa que diz respeito à situação de Israel oprimido pelos madianitas e conta a vocação de Gedeão, a sua missão, a guerra de libertação com o suceder-se de diversos eventos milagrosos – o duplo prodígio do velo (6,36-40), a escolha de trezentos guerreiros (7,13-14) –, e a tentativa de Abimelec, filho de Gedeão, de tornar-se rei (9,1-57), a primeira tentativa de passagem à monarquia na história de Israel⁴⁹.

A história de Jefté (11–12), escolhido por YHWH para guiar os homens de Galaad como condutor contra os amonitas, com exceção de poucos versículos que referem como aconteceu a liberação e o conflito de Jefté com os efraimitas, é concentrado sobretudo nos colóquios de caráter diplomático e no seu voto insensato, antes da batalha, de sacrificar a pessoa que “que sairá primeiro das portas da minha casa para vir ao meu encontro” (11,31). Esta foi a sua filha. A perícopé bíblica, no seu conto trágico, deixa a entender que o sacrifício humano, em uso junto aos cananeus, era uma coisa inaudita em Israel e implicitamente o deplora. A Bíblia mostra o voto feito por Jefté como um gesto isolado, ocorrido em um território aos confins de Israel, sob o influxo cultural de povos pagãos, completamente estranhos à tradição israelita⁵⁰.

A religião hebraica condena mais de uma vez os sacrifícios humanos (Dt 12,31; 18,10), ritos condenados também pelos profetas (Jr 7,31; Ez 16,21). Provavelmente Jefté, nascido de uma prostituta, expulso de casa pelos irmãos para que não tivesse parte na herança com eles, dedicado a uma vida desonesta e violenta, não era de todo consciente da gravidade do voto formulado. Poder-se-ia afirmar que Jefté fez um voto por iniciativa pessoal em conformidade com o substrato cultural no qual tinha vivido. Se YHWH o escolheu como juiz foi para mostrar que a salvação de Israel não podia nunca ser considerada obra de mãos humanas, mas da sua intervenção misericordiosa.

O ciclo dedicado a Sansão (13–16), enfim, constitui um dos mais completos do livro. Da tribo de Dan, Sansão combate sozinho contra os filisteus, situados na costa mediterrânea meridional de Canaã⁵¹, graças à poderosa força que lhe foi concedida por

⁴⁸ Ibid., p. 223.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibid., p. 224.

⁵¹ A Bíblia recorda neste contexto os cinco principados filisteus: Ascalon, Asdod, Gaza, Accaron e Gat. Os filisteus nunca formaram uma unidade política sólida, mantiveram uma espécie de organização federativa de cidades autônomas que se aliavam contra um inimigo comum. cf. LAMADRID. op. cit., p. 98.

YHWH. O texto contém diversos temas de grande interesse: o seu nascimento milagroso precedido por uma dupla teofania aos seus pais, o fato que foi “nazireu”⁵² desde o seio materno, as vitórias contra os filisteus graças ao carisma recebido e a sua morte heroica, oferecendo a sua vida para a libertação do seu povo. A história de Sansão ainda nos faz conhecer a potência militar da dominação Filistéia na Palestina⁵³.

Se cada conto do livro dos juízes oferece um ensinamento religioso transmitido pelas tradições locais, este foi reelaborado pelo compilador, que utilizou estes contos para ilustrar a sua tese religiosa.

Juízes menores: os juízes menores são apresentados em duas breves listas (10,1-5; 12,8-15), com exceção de Samgar, que vem mencionado precedentemente em um único versículo (3,31). Destes juízes se fala com um mesmíssimo esquema narrativo, como se tratasse de um cronista desinteressado e indiferente. Deles se oferece somente uma breve genealogia, os anos da atividade judicial, o lugar onde se estendia a sua autoridade e aquele do seu sepulcro⁵⁴.

De Jair, Abesã e Abdon se recorda ainda o número dos filhos e dos netos e qualquer circunstância. Deixando de lado o caso de Samgar, os outros são apresentados como “juízes” no sentido mais direto da palavra, não como libertadores. A figura de Samgar é aquela que resulta mais problemática porque o seu nome não é israelita. O caso que fosse filho de Anat, nome que corresponde uma conhecida deusa de Ugarit, reforça a hipótese de uma origem pagã. De Samgar fala também o canto de Débora (5,6), em conexão com Jael, também esta não israelita.

Em síntese, apresentam-se no quadro abaixo algumas informações cronológicas registradas no livro de Juízes:

Os Juízes de Israel e seus juizados ⁵⁵					
Juiz	Tribo	Anos de juizado	Opressor	Anos de opressão	Texto
Otoniel	Judá	40	Arameus	8	Jz 3,7-11
Aod	Benjamin	80	Moabitas	18	Jz 3, 12-30
Samgar	Simeão		Filisteus		Jz 3,31
Débora	Efraim	40	Cananeus	20	Jz 4 – 5
Gedeão	Manassés	40	Madianitas	7	Jz 6 – 8

⁵² Em hebraico o verbo *nazar* significa “consagrar”, “separar”. A consagração do nazireu acontecia com um voto segundo a legislação de Nm 6,1-8 e podia ser temporária ou perpétua. cf. SCHÖKEL, Luís Alonso. *Dicionário Bíblico hebraico-português*. São Paulo: Paulus, 1997.

⁵³ LAMADRID. op. cit., p. 98.

⁵⁴ Ibid., p. 80.

⁵⁵ PINTO, Carlos Osvaldo Cardoso. *Foco e Desenvolvimento no Antigo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2006, p. 221.

Tola	Issacar	23			Jz 10,1-2
Jair	Galaad	22			Jz 10,3-5
Jefté	Gad	6	Amonitas	18	Jz 10,6 – 12,7
Abesã	Aser	7			Jz 12,8-10
Elon	Zabulon	10			Jz 12,11-12
Abdon	Efraim	8			Jz 12,13-15
Sansão	Dã	20	Filisteus	40	Jz 13 – 16

Mckenzie observa que a duração dos vários períodos mencionados no livro é de 410 anos, mas “tal duração é certamente exagerada, já que o êxodo deve ter se dado entre os anos de 1290 e 1260 e a ascensão de Saul ao trono deve ter ocorrido entre os anos de 1050 e 1040⁵⁶”. De acordo com Mckenzie, estes 410 anos são simbólicos e não propriamente históricos, haja vista este número ser “alcançado com base em um cálculo artificial que apresenta um generoso uso do número 40, que se presume ser a duração de uma geração⁵⁷”.

2.3 Contexto sociocultural e religioso

Muito mais do que um simples livro, o autor sagrado (ou autores) criou uma etapa significativa da história de Israel no Antigo Testamento, o período dos Juízes. O livro dos Juízes é um dos chamados "Livros Históricos" da Bíblia, mas é histórico segundo o modo de escrever História na Bíblia⁵⁸. Este livro fornece-nos um quadro geral único do modo de vida das tribos de Israel, depois da instalação em Canaã, no que toca à vida política, social e religiosa.

Sobre o valor histórico do livro dos Juízes, o insofismável frade dominicano francês Roland de Vaux, renomado exegeta e arqueólogo, afirma textualmente:

O livro dos Juízes não nos permite escrever a história deste período. Nele conta-se uma série de episódios que só interessa a um clã ou a uma tribo ou a um grupo de tribos. Nada nos assegura que esses episódios tenham acontecido na mesma ordem em que nos são apresentados pelo livro; com segurança não constituem senão apenas uma parte da história das tribos. Não obstante, estes relatos permitem-nos fazer uma ideia de como era a vida das tribos naquela época. Por um lado, mantêm-se as condições do período do assentamento; ocorrem novos deslocamentos de alguns grupos e continua a aquisição de novos territórios; as relações com os cananeus mantêm seu duplo aspecto de convivência pacífica ou

⁵⁶ McKENZIE, op. cit., p. 519.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Segundo Lamadrid, a história sagrada pode ser qualificada nestes seis adjetivos: confessional, querigmática, interpelante, profética, escatológica e salvífica. cf. LAMADRID, op. cit., p. 18-21.

de conflito armado. Mas o assentamento faz que se levantem novos problemas, pois é preciso defender os territórios adquiridos contra os ataques dos povos vizinhos, enquanto várias tribos se digladiam em uma luta pela hegemonia⁵⁹.

Vaux evidencia a dificuldade de se reconstruir a história dos juízes a partir dos dados oferecidos pelo próprio livro. Internamente, a escassez de informações relativas à datas é evidente. Entretanto, há fatos narrados no livro que encontram perfeita correspondência na História Antiga e podem ser datados com precisão, isto é, alguns dados registrados no livro nos permitem compreender o contexto do período.

O estudioso alemão Martin Noth foi o primeiro a elaborar sistematicamente a tese de uma hipotética *anfíctionia*⁶⁰ israelita. M. Noth defendia a tese de que o período tribal em Israel foi caracterizado pela estruturação de doze tribos, uma associação (anfíctionia) que se reunia em torno de um santuário comum, em analogia às anfíctionias gregas. O pacto constituinte das anfíctionias, segundo a tese de Noth, havia se estabelecido em Siquém (Js 24).

Noth defende a existência de um santuário central onde estava depositada a arca, símbolo da presença de YHWH, Deus da aliança. Pelo fato de a arca ser transportada para vários lugares, Noth propôs que o santuário central também havia se estabelecido em vários lugares: começando por Siquém (Js 24), depois se mudou para Betel; depois para a região urbana de Jericó, Guilgal (Js 3-4), e finalmente, mudou-se para Silo, onde a arca teve um templo (1 Sm 3,3; Jr 7,14; 26,9).

Para Noth, os *nesiim* (chefes) seriam os delegados nos conselhos da anfíctionia. As tribos de Israel, segundo a tese de Noth, estavam submetidas a um “direito anfíctiônico”, que encontra sua expressão no Código da Aliança (Ex 21 – 23), o mais antigo código legal em Israel. Noth afirmou que o ajuntamento das tribos para punir Benjamim (Jz 19 – 21) é um fato que demonstra que um membro da anfíctionia era punido caso descumprisse o direito anfíctiônico.

Cabe recordar que o texto do Código da Aliança (Êx 20,22; 23,19) é importante para entender a fissura do projeto tribal. Nele se encontram os fatos fundantes da sociedade em mudança para o Estado. O referido texto aborda o segundo período dos

⁵⁹ VAUX *apud* LAMADRID, op. cit., p. 84.

⁶⁰ “Anfíctionia é uma palavra grega que servia para designar uma associação de povos ou cidades, agrupados entre si em torno (*anfî*) de uma divindade e seu santuário, os quais constituíam o centro de atração”. LAMADRID, op. cit., p. 90.

Juízes, ou seja, já não trata mais do povo no deserto nem do rei, tampouco se refere à luta contra os filisteus.

Roland de Vaux, por sua vez, propôs que devemos evitar falar de um “sistema das doze tribos”, pois temos que considerar que os textos bíblicos mencionam vários sistemas: genealogias (Gn 29 – 30,35; Gn 49; Dt 33); sistema tribal (grupos autônomos Nm 1,5-16; 13,4-15; Nm 1,20-43; 2,2-31; 7,10-88; 10,13-27; 26,5-51); listas territoriais (cada grupo possuindo seu próprio território Js 13 – 19; Nm 34; Ez 48) entre outras. Afirma ainda que:

No que se refere ao período dos juízes, não existe nem um só caso de ação comum das doze tribos, nenhum indício válido de que funcionasse um conselho das tribos, nenhum dado a respeito de uma organização política intertribal. Isso parece indicar que durante esse período não funcionou com caráter institucional nada parecido a um sistema das doze tribos⁶¹.

Sobre o contexto social, a família (os clãs) está na base da sociedade. É a partir dela que se organizam a vida econômica, o culto, o recrutamento para as guerras e também a própria política. A família exerce papel significativo na sociedade tribal. Simbólica é a imagem dos 12 filhos de Jacó como fundadores das doze tribos. Winters nos dá um panorama geral:

Na sociedade agrária do Israel pré-monárquico, a unidade básica era a família extensa, denominada geralmente bet-‘ab (PL. bet-‘abot) ou casa paterna, embora às vezes apareça também o termo bet-‘im, casa materna. Este grupo normalmente se baseava em relações de sangue e consistia em duas ou mais famílias nucleares que incluíam várias gerações de parentes. O bet-‘ab pode ter abrangido até cinquenta ou cem pessoas no total, embora os problemas de doença, guerra, fome e esterilidade significassem que muitas famílias contavam com números mais reduzidos e lutavam para sobreviver⁶².

Vaux define a tribo como um “grupo autônomo de famílias que se consideram descendentes de um mesmo antepassado⁶³”, denominada pelo nome ou sobrenome de seu antepassado, precedido ou não da expressão “filhos de”. Nesse contexto, o que une os membros de uma mesma tribo é o vínculo de sangue. Por exemplo, diz Abimeleque a todo o clã de sua mãe: “Lembra-vos de que sou vosso osso e carne” (Jz 9,2).

⁶¹ VAUX *apud* LAMADRID, op. cit., p. 92.

⁶² WINTERS, Alícia. *O Goel no Antigo Israel*. In RIBLA - Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, Petrópolis, n. 18, 1994, p. 19.

⁶³ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Teológica, 2002.

Comblin afirma categoricamente que o povo que origina as tribos de Israel colocou-se a caminho e produziu uma organização social inovadora: “No Egito, o povo de Israel é um povo de pobres, oprimidos, marginalizados. O povo que conquistou a terra de Canaã destruiu as cidades-estados que aí predominavam e criou uma nova sociedade, era um povo de pobres⁶⁴”.

Sobre o contexto cultural, nota-se que os principais impérios da época estão organizados como estados tributários. Quando os israelitas entraram em Canaã, encontraram não uma nação, mais várias cidades-estado com governos próprios. As cidades-estado em Canaã estão instaladas nas planícies e controlam os camponeses que ali se instalaram em função das terras férteis. Balancin descreve a cidade-estado como:

uma cidade governada por um rei. Era independente, como se fosse um pequeno país, cercada de muralhas para evitar as invasões dos inimigos. Tinha uma parte alta, chamada acrópole, onde ficava o palácio do rei, o templo, e onde morava a classe dominante, gente da elite. Na parte baixa ficava o mercado e o casario de gente mais pobre, como pequeno comerciantes, artesãos e pessoal de segundo escalão. Ao redor da cidade havia terras cultivadas por camponeses, que aí moravam em casas pequenas, desprotegidos, pois estavam fora das muralhas. O rei dava certa proteção com soldados, mas exigia em troca completa submissão. Com seu trabalho e lavoura, esses camponeses sustentavam os grandes, que viviam na parte alta, pagando a eles tributo. Na maioria das vezes, sobrava para eles muito pouco da colheita e, por isso, viviam como escravos e numa situação miserável⁶⁵.

Sobre o contexto religioso, o livro nos revela o declínio espiritual e moral das tribos, após se estabelecerem na terra prometida. Este registro deixa claro sobre os infortúnios que sempre ocorriam ao povo hebreu quando eles se esqueciam do seu concerto com YHWH e buscavam a outros deuses, praticando a idolatria e a devassidão. Nesse contexto, foi fundamental a proibição do uso de imagens como representação do YHWH supremo e único.

No contexto religioso da experiência tribal tinha grande importância o culto aos antepassados, pois neste se afirmava a própria identidade do grupo e se assegurava por meios de rituais sagrados, as condições adequadas à continuidade das famílias, a proteção diante dos perigos e crises. Quando os textos bíblicos apresentam Abraão e sua descendência: Isaac, Jacó e seus filhos, de fato nos colocam diante dos antepassados venerados em cada tribo.

⁶⁴ COMBLIN, José. *Os pobres como sujeito da história*. In: RIBLA Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, Petrópolis, n. 3, 1989, p. 40.

⁶⁵ BALANCIN, Euclides M. *História do povo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 11.

2.4 Causas do fim do projeto tribal

O fim do projeto tribal marca a transição de um período onde a sociedade estava organizada em tribos para o início da instituição monárquica em Israel. O último versículo do livro dos Juízes já assinala essa transição⁶⁶. Apresentam-se a seguir três possíveis causas para o fim do período dos juízes.

2.4.1 A corrupção dos Juízes e o desejo de um rei

Aqueles que deviam colocar-se a serviço do povo se deixaram tentar pelo poder. Começaram a receber dádivas, a oferecer favoritismos, a receber e outorgar privilégios e a acumular riquezas. A corrupção foi tomando a instituição dos Juízes, o que causou a desconfiança e a rejeição do povo⁶⁷.

Wolff afirma que:

[...] os Juízes eram libertadores, enviados por Iahweh por causa das orações dos israelitas. Contudo, eles exigiram um rei num protesto desafiador da vontade de Iahweh. Este desejo do povo se põe à própria soberania de Iahweh, que DtrH considera como o toque final do período dos juízes⁶⁸.

2.4.2 Os ataques estrangeiros

As pressões dos povos estrangeiros, sobretudo dos filisteus, tornaram-se insuportáveis, porque eram necessários mais soldados e mais dinheiro para mantê-los. E terminadas as batalhas, os soldados exigiam continuar sendo mantidos pelos camponeses. Já os exércitos estrangeiros estavam mais bem equipados para a guerra do que os israelitas⁶⁹. Para John Bright:

Depois de uns duzentos anos de existência, a Confederação Israelita foi derrubada pela agressão dos filisteus. Como indicamos no capítulo precedente, os filisteus chegaram à Palestina não muito depois de Israel, e viveram lado a lado com Israel, em conflito intermitente, mas cada

⁶⁶ cf. Jz 21,25. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002, p. 384.

⁶⁷ cf. 1Sm 8. cf. Introdução da Bíblia de Jerusalém, p. 308. 310.

⁶⁸ WOLFF, Hans Walter. O querigma da Obra Histórico-Deuteronomista. In: BRUEGGEMANN, Walter; WOLFF, Hans Walter. *O dinamismo das tradições do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, p. 105.

⁶⁹ cf. 1Sm 13,19-20.

vez mais intenso, durante quase todo o período dos Juízes. Finalmente, eles lançaram-se à conquista que levou Israel à ruína total⁷⁰.

2.4.3 As potências circundantes

O poder e o esplendor dos impérios que rodeavam e perseguiram Israel eram também tentadores. O povo via em seu rei, seu exército, suas conquistas e seus tesouros o caminho para tornar-se uma nação poderosa e grande.

Samuel, juiz e profeta, foi um elo entre o sistema tribal e a monarquia⁷¹. Ele apresentou um YHWH que lhe falava (1 Sm 3,1-20). O povo a ele se dirigia para reclamar de um rei. Samuel tentou convencer o povo de seu erro, recordando a aliança e a promessa (1 Sm 8).

Ante a insistência e o não querer entrar em razões do povo, YHWH mesmo ordenou a Samuel que lhes desse um rei. Samuel, então, ungiu Saul como primeiro rei. Como afirma Lamadrid, “Samuel é a linha divisória de duas etapas: morre uma e nasce a outra⁷²”. Assim, começou o período que se conhece como “a monarquia e os profetas”.

3 A dialética do período dos Juízes: o declínio religioso de Israel

Por fim, apresenta-se agora a chave teológica de todo o livro, a partir do texto de *Juízes 2,11-19*, que expõe como fidelidade e infidelidade se alternam num ciclo contínuo. Esta chave teológica é apresentada a partir do teólogo alemão Hans Walter Wolff (1911-1993), um dos mais conhecidos especialistas em Antigo Testamento do século XX, em seu famoso artigo “O querigma da Obra Histórico-Deuteronomista⁷³”.

3.1 A finalidade da Obra Histórica Deuteronomista

Como foi afirmado na primeira parte deste trabalho, a autoria dos Juízes é atribuída à chamada *escola deuteronomista* ou simplesmente *o deuteronomista*. Com

⁷⁰ BRIGHT, op. cit., p. 230.

⁷¹ LAMADRID, op. cit., p. 116-117.

⁷² Ibid., p. 117.

⁷³ WOLFF, Hans Walter. O querigma da Obra Histórico-Deuteronomista. In: BRUEGGEMANN, Walter; WOLFF, Hans Walter. *O dinamismo das tradições do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, p. 99-120.

relação à finalidade da Obra Histórica Deuteronomista, encontramos as posições de M. Noth (criador da hipótese), G. von Rad e de seu aluno H. W. Wolff.

A teoria de M. Noth sobre a finalidade da Obra era marcadamente pessimista, na qual acentua a severidade do juízo punitivo de YHWH, por causa da infidelidade de Israel. Significativo, para Noth, é o fato de que a Obra Histórica Deuteronomista começa com um triunfo (a entrada e conquista da terra prometida no livro de Josué), mas termina com um declínio (o exílio da Babilônia nos livros de Reis).

Martin Noth afirma: “a punição por causa da desobediência [...] considerada pelo Deuteronomio como (mera) possibilidade, (mas) que poderia levar à destruição da nação, agora tinha se tornado, para a DtrH, um fato consumado”. A seguir afirma: “Para ela, a ordem de coisas que o Deuteronomio tinha pressuposto chegou a seu estágio final”. Portanto, “o propósito real de toda a sua apresentação histórica” é mostrar que esse estágio final deve ser “interpretado como um juízo divino”. Nessa concepção, sem dúvida, não há lugar para um futuro de esperança⁷⁴.

De acordo com Zenger, “o autor teria elaborado, com a apresentação da permanente desobediência e revolta contra YHWH, uma etiologia da destruição do estado e do templo. Ela seria um tipo de justificação teológica de YHWH, que termina com a ira dele e sem esperança de futuro⁷⁵”.

Submetido a diversas críticas, G. Von Rad tinha assinalado a existência de diversos textos messiânicos na história deuteronomista, alguns dos quais vinculados à promessa de Natã (2 Sm 7), repetida no livro dos Reis (1Rs 8,20.25; 9,5; 11,5; 13,32.36; 15,4; etc.), que mostravam uma “linha de esperança” na restauração da monarquia davídica, paralela ao tema do “juízo” delineado por Noth. O episódio da liberação do rei Joaquim⁷⁶, conclusão da narração do segundo livro dos Reis, era significativo a este propósito.

G. von Rad (1947) corrige o querigma da desesperança de Noth: na obra Dtr a palavra de Javé não apenas age julgando e aniquilando, mas, pela promessa a David que se cumpre incessantemente (oráculo de Natan 2Sm 7 – não contado por Noth como integrante do corpo de discursos da Dtr), também salvando e perdoando. Seu messianismo contido se estende além da ruína de Jerusalém até a notícia final sobre o indulto a Ioiakin⁷⁷.

⁷⁴ Ibid., p. 101.

⁷⁵ ZENGER, Erich et al. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 165.

⁷⁶ cf. 2 Rs 25,27-30. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002, p. 545.

⁷⁷ ZENGER. op. cit., p. 166.

H. W. Wolff notou que o objetivo do Dtr não devia ser considerado totalmente negativo, como Noth tinha afirmado, mas nem menos oferecia uma explícita linha de esperança, como Von Rad havia sustentado. Wolff queria, antes, afirmar a “possibilidade” da esperança no contexto da aliança messiânica e da teologia presente em alguns textos da história deuteronomista, centrados no círculo *pecado-castigo-conversão-libertação*.

H. W. Wolff (1961) na verdade não considera o indulto a Ioiakin como uma perspectiva esperançosa para a reconstrução da dinastia davídica. Apesar disso, o verdadeiro querigma da obra Dtr não seria o juízo de Deus, mas um chamado ao “arrependimento” no exílio, que provém de uma “segunda mão do círculo da obra Dtr” (Dt 4,29-31;30,1-10). Com essa visão Wolff desencadeou um processo de diferenciação de múltiplas camadas no Dt, bem como a reflexão sobre sua imbricação com a obra Dtr⁷⁸.

3.2 O texto de Juízes 2,11-19

Transcrevemos de forma literal a perícope de Juízes 2,11-19, do texto hebraico original, conforme a Bíblia Hebraica Stuttgartensia:

¹¹וַיַּעֲשׂוּ בְנֵי־יִשְׂרָאֵל אֶת־הַרְעָה בְּעֵינֵי יְהוָה וַיַּעֲבְדוּ אֶת־הַבְּעָלִים:
¹²וַיַּעֲזְבוּ אֶת־יְהוָה אֱלֹהֵי אֲבוֹתָם הַמוֹצִיא אוֹתָם מֵאֶרֶץ מִצְרָיִם וַיֵּלְכוּ אַחֲרַי אֱלֹהִים
אַחֲרִים מֵאֱלֹהֵי הָעַמִּים אֲשֶׁר סְבִיבוֹתֵיהֶם וַיִּשְׁמְחוּ לָהֶם וַיִּכְעֲסוּ אֶת־יְהוָה:
¹³וַיַּעֲזְבוּ אֶת־יְהוָה וַיַּעֲבְדוּ לַבַּעַל וְלַעֲשׂוֹתוֹת:
¹⁴וַיַּסְרֲאֹף יְהוָה בְּיִשְׂרָאֵל וַיִּתְּנֵם בְּיַד־שׂוֹמְרֵי וַיִּשְׁסוּ אוֹתָם וַיִּמְכְּרֵם בְּיַד אוֹיְבֵיהֶם מִסָּבִיב
וְלֹא־יָקְלוּ עוֹד לַעֲמֹד לִפְנֵי אוֹיְבֵיהֶם:
¹⁵בְּכָל־אֲשֶׁר יֵצְאוּ יַד־יְהוָה הִיטֵה־בָּם לְרָעָה כַּאֲשֶׁר דִּבֶּר יְהוָה וּכְאֲשֶׁר נִשְׁבַּע יְהוָה לָהֶם
וַיַּצַּר לָהֶם מְאֹד:
¹⁶וַיִּגְמֹם יְהוָה שְׂפָטִים וַיּוֹשִׁיעוּם מִיַּד שׂוֹמְרֵיהֶם:
¹⁷וַגַּם אֶל־שְׂפָטֵיהֶם לֹא שָׁמְעוּ כִּי זָנוּ אַחֲרַי אֱלֹהִים אַחֲרִים וַיִּשְׁמְחוּ לָהֶם סָרוּ מֵהָר מִן־
הַדָּרָךְ אֲשֶׁר הִלְכוּ אֲבוֹתָם לִשְׁמֹעַ מִצְוֹת־יְהוָה לֹא־עָשׂוּ כֵן:
¹⁸וְכִי־הָקִים יְהוָה לָהֶם שְׂפָטִים וְהָיָה יְהוָה עִם־הַשֹּׁפֵט וְהוֹשִׁיעַם מִיַּד אוֹיְבֵיהֶם כֹּל יְמֵי
הַשּׁוֹפֵט כִּי־יָנַחם יְהוָה מִגְּאֻקָּתָם מִפְּנֵי לַחֲצִיָּהֶם וְדַחְקֵיהֶם:
¹⁹וְהָיָה בְּמֹת הַשּׁוֹפֵט יֵשְׁבוּ וְהִשְׁחִיתוּ מֵאֲבוֹתָם לְלֶכֶת אַחֲרַי אֱלֹהִים אַחֲרִים לַעֲבָדָם
וְלִהְשָׁמְנוֹת לָהֶם לֹא הִפִּילוּ מִמַּעַלְלֵיהֶם וּמִדַּרְכָּם הַקָּשָׁה:

Transcreve-se a seguir a perícope de Juízes 2,11-19 em português, conforme o texto da *Bíblia de Jerusalém*, edição de 2002:

¹¹Então os israelitas fizeram o que era mau aos olhos de Iahweh, e serviram aos baais. ¹²Deixaram a Iahweh, o Deus de seus pais, que os tinha feito sair da terra do Egito, e seguiram a outros deuses dentre os dos povos ao seu redor. Prostraram-se ante eles, e irritaram a Iahweh

⁷⁸ Ibid., p. 166-167.

¹³e deixaram a Iahweh para servir a Baal e às Artastes. ¹⁴Então a ira de Iahweh se ascendeu contra Israel. E os abandonou aos saqueadores que os espoliaram, e os entregou aos inimigos que os cercavam, e não puderam mais oferecer-lhes resistência. ¹⁵Em tudo o que empreendiam, a mão de Iahweh era contra eles para lhes fazer mal, como Iahweh lhes tinha dito e como Iahweh lhes tinha jurado. E a sua aflição era extrema.

¹⁶Então Iahweh lhes suscitou juízes que os livrassem das mãos dos que os pilhavam. ¹⁷Mas não escutavam nem mesmo aos seus juízes, e se prostituíram a outros deuses, e se prostraram diante deles. Depressa se afastaram do caminho que seus pais haviam seguido, obedientes aos mandamentos de Iahweh, e não agiram assim. ¹⁸Quando Iahweh lhes suscitava juízes, Iahweh estava com o juiz e os salvava das mãos dos seus inimigos enquanto vivia o juiz, porquanto Iahweh se comovia por causa dos seus gemidos perante os seus perseguidores e opressores. ¹⁹Mas logo que morria o juiz, reincidiam e se tornavam piores do que os seus pais. Seguiam a outros deuses, serviam-nos e se prostravam diante deles, e em nada renunciavam às obras e à conduta endurecida de seus pais.

3.3 Os dois prólogos do livro de Juízes

O livro de Juízes não é uma narração histórica completa. O hagiógrafo quis ilustrar “a história da aliança” entre YHWH e o povo de Israel precisando qual era o estado, depois da morte de Moisés e Josué, a atitude ambivalente de fidelidade/infidelidade do povo diante da aliança estabelecida no Sinai. Por um lado, YHWH sempre se mostrou fiel à sua aliança e disposto a perdoar e a manifestar a sua misericórdia; por outro lado, Israel viveu uma história de marcada infidelidade acompanhada só por um amargo arrependimento quando o merecido castigo divino irrompia sobre a nação. Vem, assim, reafirmada uma verdade bíblica: sem a fidelidade, a aliança com YHWH não pode ser operante, porque o pecado impede a ação divina.

Esta finalidade teológica vem dita explicitamente pelas reflexões contidas nos dois prólogos introdutórios, particularmente no segundo. O primeiro (Jz 1,1–2,5), de caráter histórico-geográfico, descreve a situação de Canaã depois da morte de Josué. Os desafios das diversas tribos na ocupação das respectivas áreas tiveram, de fato, êxitos diversos, as tribos só conseguiram parcialmente conquistar o território a cada um assinalado. Deste modo, o prólogo apresenta uma síntese muito realística de quanto tinha sido conquistado e o que tinha ainda que ser feito. Isto serve de base para a reflexão teológica contida no segundo prólogo. Como afirma Lamadrid:

É uma história resumida da instalação das tribos israelitas na terra de Canaã, que projeta uma imagem da conquista muito menos triunfalista

que a que era proporcionada pelo livro de Josué (Js 1–12). Aqui não se trata de uma “conquista relâmpago”, mas de um assentamento lento e trabalhoso. Não se fala de um povo unido, capitaneado por um só chefe, mas de tribos isoladas ou agrupadas em coligações parciais⁷⁹.

O segundo prólogo (Jz 2,6–3,6), que “compõe-se de três peças, uma de caráter histórico (Jz 2,6-10) e duas de caráter doutrinal (Jz 2,11-19 e 2,20-3,6)⁸⁰”, reinterpreta em chave religiosa o período dos juízes, sublinhando a ambivalência da história israelita: de um lado, a centralidade de YHWH, que protege e guia o povo contra os inimigos; por outro lado, a infidelidade de Israel, que muito frequente renega os mandamentos da aliança, deixando-se arrastar pela idolatria e atraindo sobre si a punição de YHWH. É este, de fato, o conteúdo das palavras que YHWH, por meio do seu anjo, dirigiu aos israelitas em Boquim e que são situadas no final do primeiro prólogo.

3.4 Hermenêutica de Juízes 2,11-19: a dialética da história

A perícopes de Juízes 2,11-19, texto de caráter doutrinal que compõe a segunda introdução do livro, relata o ciclo da história religiosa de Israel durante o período dos juízes. A dialética teológica **pecado-castigo-conversão-libertação** vem repetida nos doze quadros históricos que contam a história de Israel (Jz 3,7–16,31). Cada um dos quadros históricos corresponde a um esquema que se desenvolve em quatro momentos. O ciclo religioso é sintetizado em Jz 2,11-19 do seguinte modo:

1. PECADO: Os israelitas faziam o que é mal “aos olhos de YHWH” (2,11-13):

¹¹Então os israelitas fizeram o que era mau aos olhos de Iahweh, e serviram aos baais. ¹²Deixaram a Iahweh, o Deus de seus pais, que os tinha feito sair da terra do Egito, e seguiram a outros deuses dentre os dos povos ao seu redor. Prostraram-se ante eles e irritaram a Iahweh ¹³e deixaram a Iahweh para servir a Baal e às Artastes.

É esclarecedor o comentário de Wolff sobre esses versículos:

O tratamento que ele dá ao período dos Juízes já nos assinala uma resposta. Ele atribui grande valor à demonstração de que a apostasia começa imediatamente depois do tempo de Josué. “O povo serviu a Iahweh durante toda a vida de Josué” (Jz 2,7). Mas a apostasia aparece imediatamente após a ocupação da terra. Com isso se recorda a visão da história de Oséias. Ele não vislumbra apenas uns poucos exemplos

⁷⁹ LAMADRID. op. cit., p. 78.

⁸⁰ Ibidem.

de infidelidade, mas afirma abertamente que “todos os filhos de Israel fizeram o que era mau aos olhos de Iahweh e serviram aos baals” (2,11)⁸¹.

Baal era uma deidade principal e provavelmente a mais poderosa. Astarte, a deusa do amor e da fertilidade. Os baais são objetos de apostasia. “O termo *baais* refere-se às manifestações locais de Baal ou de outras deidades masculinas semelhantes⁸²”. O pecado aqui por excelência é a infidelidade a Iahweh, isto é, deixar de adorá-lo para adorar ídolos (Baal e Astarte). De fato, em toda a Bíblia, o pecado da idolatria sempre exerceu fascínio sobre Israel.

2. *CASTIGO*: YHWH punia os pecados do povo, permitindo a opressão inimiga (2,14-15a):

¹⁴Então a ira de Iahweh se ascendeu contra Israel. E os abandonou aos saqueadores que os espoliaram, e os entregou aos inimigos que os cercavam, e não puderam mais oferecer-lhes resistência. ¹⁵Em tudo o que empreendiam, a mão de Iahweh era contra eles para lhes fazer mal, como Iahweh lhes tinha dito e como Iahweh lhes tinha jurado.

Wolff afirma que “este mesmo ciclo, conforme o DtrH – a apostasia de toda a nação e a ira inflamada de Iahweh – levou ao fim do reino do Norte. E nos dias de Manassés selou o destino de Judá e Jerusalém⁸³”.

O pecado da idolatria era um rompimento da aliança com YHWH. O povo não tinha a menor firmeza em sua fé e serviu a deuses estranhos, aos baais e outros deuses cananeus. Diante de tal atitude, a ira de YHWH se ascendeu contra eles e o texto diz que YHWH os entregou na mão de seus inimigos. Este castigo consiste nas derrotas perante os povos estrangeiros, a fim de conduzi-los ao arrependimento⁸⁴. Aqui o castigo aparece como uma punição por uma grave ofensa contra YHWH, à falta de fé e obediência a sua lei.

3. *CONVERSÃO*: O povo invocava YHWH (2,15b; 3,15a; 6,6b):

E a sua aflição era extrema. (2,15b)
Então os israelitas clamaram a Iahweh... (3,15a)
E os israelitas clamaram a Iahweh. (6,6b)

⁸¹ WOLFF. op. cit., p. 103-104.

⁸² BROWN, Raymond E; FRITZMYER, Joseph A; MURPHY, Roland E. *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Antigo Testamento*. São Paulo: Ed. Academia Cristã; Paulus, 2007, p. 303.

⁸³ WOLFF. op. cit., p. 104.

⁸⁴ cf. Lv 26,17. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. op. cit., p. 198.

Comenta Wolff:

O grito a Iahweh invertia simultaneamente a apostasia. Já efetuada, bem como a ira inflamada de Iahweh. Esta, no passado, tinha executado seu juízo entregando o povo nas mãos dos inimigos. Depois de cada nova libertação sempre se seguia uma nova apostasia, de geração em geração, na época dos Juízes. Por que, não obstante isso, a história de Israel ainda subsistia? Porque Israel implorou novamente a Iahweh, que se compadeceu deles⁸⁵.

De acordo com Bergant e Karris, o livro de Juízes apresenta uma teologia básica da história, ou seja, o autor nos mostra que “o pecado leva ao castigo, mas o arrependimento traz perdão e libertação⁸⁶”. Diante da opressão estrangeira, o povo clamava a YHWH por sua ajuda.

Este arrependimento que encontramos em diversas outras passagens do livro dos Juízes⁸⁷ descreve a situação espiritual de Israel naquela época. Quando o povo se arrependia de seus pecados YHWH estava lá, pois não podia mais suportar a angústia de Israel (Jz 10,16). Com o arrependimento, isto é, o retorno para YHWH, vem a libertação.

Comentam Bergant e Karris:

Os vv. deixam claro que, apesar da libertação que será trazida pelos juízes, ninguém deve ser levado a pensar que os israelitas arrependeram-se verdadeiramente de sua pecaminosidade. Ao contrário, o período todo é descrito como época de apostasia sempre crescente (2,19)⁸⁸.

4. LIBERTAÇÃO: YHWH suscitava os juízes que os libertavam das mãos dos seus inimigos: “Então Iahweh lhes suscitou juízes que os livrassem das mãos dos que os pilhavam” (2,16). O Catecismo da Igreja Católica afirma que:

Na História da Salvação, Deus não se contentou em libertar Israel da "casa da escravidão" (Dt 5,6), fazendo-o sair do Egito. Salva-o também de seu pecado. Por ser o pecado sempre uma ofensa feita a Deus, só ele pode perdoá-lo. Por isso, Israel tomando consciência cada vez mais clara da universalidade do pecado, não poder mais procurar a salvação a não ser na invocação do Nome do Deus Redentor⁸⁹.

⁸⁵ WOLFF. op. cit., p. 104.

⁸⁶ BERGANT, Dianne; KARRIS, Robert J. *Comentário Bíblico*. v. I. São Paulo: Loyola, 1999, p. 233.

⁸⁷ Sobretudo no capítulo 10. In: BÍBLIA DE JERUSALÉM. op. cit., p. 366-367.

⁸⁸ BERGANT, Dianne; KARRIS, Robert J. op. cit., p. 235.

⁸⁹ CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 1993, n. 431.

A libertação acontecia por meio de um juiz-salvador. Eram suscitados por YHWH com a função militar de libertar os israelitas da opressão sofrida por outros povos. O autor deuteronomista destaca que a libertação só foi possível porque YHWH estava com os juízes, até porque eles não se apresentavam para o povo como modelos espirituais⁹⁰.

O esquema, portanto, que serve como paradigma para a estrutura do livro inteiro, se articula em quatro momentos, a saber, *pecado – castigo – conversão – libertação*, ao qual se deve acrescentar um quinto elemento: a *queda de novo no pecado*, com a qual recomeça o esquema.

¹⁸Quando Iahweh lhes suscitava juízes, Iahweh estava com o juiz e os salvava das mãos dos seus inimigos enquanto vivia o juiz, porquanto Iahweh se comovia por causa dos seus gemidos perante os seus perseguidores e opressores. ¹⁹Mas logo que morria o juiz, reincidiam e se tornavam piores do que os seus pais. Seguiam a outros deuses, serviam-nos e se prostravam diante deles, e em nada renunciavam às obras e à conduta endurecida de seus pais.

Porém, a história se repete. Neste período, repetidas vezes o povo de Israel fracassou e caiu novamente no pecado. Trata-se de um círculo vicioso de pecado na história religiosa de Israel que se repete constantemente nesse período devido ao fato de Israel conviver com povos pagãos e muitas vezes caiu na idolatria.

Wolff assevera que, “contudo, este esquema de apostasia e conversão a Iahweh, de catástrofes e libertações, não ficou sem consequências para a história do povo de Deus. Iahweh ordena uma nova guinada da história. Conforme a promessa original, Israel devia tomar posse de toda aquela terra⁹¹”.

O obstinar-se no pecado faz com que o redator deuteronomista conclua o segundo prólogo do livro dos juízes, afirmando que “a ira de Iahweh se inflamou então contra Israel” (2,20a), por isso as nações estrangeiras foram deixadas como castigo da infidelidade de Israel.

Em síntese, este relato cíclico do período dos juízes pode ser representado conforme o esquema abaixo:

⁹⁰ Gedeão adorou o manto sacerdotal que fizera (Jz 8,27), Jefté sacrificou a própria filha (Jz 11,30-40) e Sansão se envolveu com mulheres filistéias (Jz caps. 14-16).

⁹¹ WOLFF. op. cit., p. 105.



Ainda sobre este texto, Lamadrid⁹² afirma textualmente:

Jz 2,11-19 é a exposição da conhecida sequência teológica em quatro tempos, que serve de introdução a toda a história dos juízes e proporciona a chave para entender toda a história de Israel, especialmente o desterro de Babilônia, que é o lugar e o momento em que foi escrita a Dtr, ao menos a sua última edição.

A partir deste segundo prólogo, pode-se compreender que o principal objetivo do livro de Juízes é mostrar o castigo divino como consequência do pecado e a conversão como caminho que conduz à salvação. Esta segunda introdução permite visualizar claramente o objetivo principal do livro: pecado de apostasia⁹³; entrega aos inimigos⁹⁴; clamor a YHWH⁹⁵; envio do juiz⁹⁶; libertação dos inimigos e tempo de paz, por certo período⁹⁷.

Este esquema dialético repete-se, sobretudo na história dos juízes maiores, haja vista a história dos juízes menores não ser tão detalhada. Esse esquema dominante no segundo prólogo está em perfeita harmonia com o corpo do livro, que defende a tese segundo a qual Israel foi feliz enquanto se manteve fiel a YHWH, e infeliz quando se apartou dele.

⁹² LAMADRID. op. cit., p. 79.

⁹³ cf. Jz 2,11; 3,7-12. BÍBLIA DE JERUSALÉM. op.cit., passim.

⁹⁴ cf. Jz 2,14; 3,8.12. Ibidem.

⁹⁵ cf. Jz 2,15; 3,9.15. Ibidem.

⁹⁶ cf. Jz 2,16; 3,9.15. Ibidem.

⁹⁷ cf. Jz 3,11.30. Ibidem.

Wolff, em seu magnífico artigo “O querigma da Obra Histórico-Deuteronomista”, é quem por primeiro observa esse ciclo dialético, esse vaivém da história, pois considera a tradição de fé de Israel como uma contínua resposta querigmática a uma variedade de desafios culturais.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como problemática basilar identificar as principais características da Religião de Israel no período dos Juízes e como interpretar em chave religiosa a história do povo de Israel a partir do livro sagrado dos Juízes, especificamente o texto de Jz 2,11-19.

Destarte, o objetivo deste trabalho foi realizar um estudo acerca da história religiosa do povo de Israel no tempo dos Juízes, a partir da chave de leitura proposta pelo texto de Jz 2,11-19, conforme o pensamento do exegeta alemão Hans Walter Wolff (1917-1993) acerca do “Querigma de Israel”.

O primeiro passo deste artigo foi apresentar aspectos gerais sobre o período dos Juízes, bem como algumas informações sobre este livro, tais como: título do livro, autoria, data e local da redação, formação, estrutura e organização do livro e gênero literário da obra.

Em seguida, apresentou-se o contexto cultural e religioso da época dos juízes e suas principais características. Esta apresentação foi de suma importância para compreender o ambiente histórico-religioso vivido pelos juízes de Israel.

Por fim, na última parte do trabalho, apresentou-se a chave teológica de todo o livro, a partir do texto de Juízes 2,11-19, expondo o pensamento de Hans Walter Wolff acerca do chamado “Querigma de Israel”, conforme ele apresenta em seu célebre artigo “O querigma da Obra Histórico-Deuteronomista”.

Retomando os objetivos deste artigo científico, tinha-se como meta principal a compreensão da história religiosa de Israel no tempo dos juízes, a partir da hermenêutica de Jz 2,11-19, conforme análise proposta por Wolff.

Afirmamos que cumprimos os objetivos a que tínhamos nos proposto. Isto só foi possível devido à fidelidade que tivemos ao pensamento de Wolff, ao apresentarmos suas principais ideias sobre a temática em questão. Foi possível, também, porque foi utilizado o método que nos propomos, a saber, a abordagem teórica qualitativa, sendo este artigo

científico escrito na modalidade de revisão de literatura que se serve da pesquisa bibliográfica.

Ressalta-se, contudo, que ao abordar essa questão não se esgotou o assunto – tarefa impossível – muito menos se encerrou a questão. É preciso levar em consideração a “nossa limitação” acerca deste trabalho. Não exploramos minuciosamente o assunto e nem encerramos a discussão. Ao contrário, este trabalho quer ser apenas uma contribuição na discussão dessa temática, algo central no estudo da Religião de Israel.

Em vista de tudo isso, pode-se concluir que o livro de Juízes revela uma profunda teologia da história religiosa de Israel. O texto de Jz 2,11-19 evidencia, por um lado, como a apostasia traz, como consequência, o castigo de YHWH, e, por outro lado, como a conversão leva à salvação.

Referências

- BALANCIN, E. M. *História do povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 1989.
- BERGANT, D; KARRIS, Robert J. *Comentário Bíblico*. v. I. São Paulo: Loyola, 1999.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- BÍBLIA hebraica Stuttgartensia. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.
- BRIGHT, J. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BROWN, R E; FRITZMYER, Joseph A; MURPHY, Roland E. *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Antigo Testamento*. São Paulo: Ed. Academia Cristã; Paulus, 2007.
- CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 1993.
- COMBLIN, J. Os pobres como sujeito da história. In: *RIBLA Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. n. 3. Petrópolis: 1989.
- FERNANDES, L. A. *Livro dos juízes*. Disponível em: <<http://www.webradiodeusestanoar.com.br/home/?p=563>>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LAMADRID, A. González. *História deuteronomista*. In: _____. el al. *História, Narrativa, Apocalíptica*. São Paulo: Editora Ave Maria, 2004. Introdução ao estudo da Bíblia; 3b.
- McKENZIE, J. L. *Dicionário bíblico*. 9 ed. São Paulo: Paulus, 2005.
- NOTH, M. *Historia de Israel*. Barcelona: Ediciones GARRIGA, S.A, 1966.
- PFEIFFER,, C F. *Comentário Bíblico Moody*. vol. 1. São Paulo: Ed. Batista Regular, 2017.
- PINTO, C. O. C. *Foco e Desenvolvimento no Antigo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2006.
- RYKEN, L. *Formas literárias da Bíblia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
- SCHÖKEL, L. A. *Bíblia do Peregrino*. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- _____. *Dicionário Bíblico hebraico-português*. São Paulo: Paulus, 1997.
- SKA, Jean Louis. *Introdução à leitura do Pentateuco*. São Paulo: Paulus, 2012.
- _____. *A Palavra de Deus nas narrativas dos homens*. São Paulo: Loyola, 2005.
- STORNIOLO, I. *Como ler o livro dos Juízes*. São Paulo: Paulus, 2005.

- VAUX, R. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Teológica, 2002.
- VAN SETERS, J. *Em busca da história – Historiografia no mundo antigo e as origens da história bíblica*. São Paulo: EdUSP, 2008, p. 345-353.
- WINTERS, A. *O Goel no Antigo Israel*. In: *RIBLA Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, Petrópolis, n. 18, 1994.
- WOLFF, H. W. O querigma da Obra Histórico-Deuteronomista. In: BRUEGGEMANN, Walter; WOLFF, Hans Walter. *O dinamismo das tradições do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, p.99-120.
- ZENGER, E. et al. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2003.

Recebido em: 08/04/2020

Aprovado em: 10/05/2020